



**MINISTÉRIO
PÚBLICO DA
PARAÍBA**

Sempre ao lado do cidadão

Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos dezessete (17) dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove (2009), às nove horas e trinta minutos (09h30min), na Sala de Reunião do Gabinete do Procurador Geral de Justiça, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela **Instrução Normativa GPGJ nº 003/2007**, de 1º de outubro de 2007, com a composição constante da **PORTARIA Nº 1909/09**, publicada no Diário da Justiça de 13.11.2009. Presentes o **Procurador Geral de Justiça – Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho** - Coordenador do Comitê, o **Procurador de Justiça Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen** – Subcoordenador, o Secretário-Geral **Dr. Bertrand de Araújo Asfora**, o **Promotor de Justiça Dr. Alexandre César F. Teixeira**-Assessor Técnico, o **Promotor de Justiça Dr. Valério Costa Bronzeado**, Representante dos CAOPs, a Diretora de Planejamento **Maria Aparecida Peixoto Wanderley** - Secretária do Comitê, a Diretora de Tecnologia da Informação **Roberta Pereira Cabral**, o Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede **Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**, o Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas **Jefferson Ferreira Barbosa** e o Assessor de Informática **Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. A reunião foi aberta pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho que iniciou saudando a todos os presentes, enaltecendo a presença do Promotor de Justiça, Dr. Valério Bronzeado, afirmando sua certeza da imensa contribuição que ele trará ao Comitê de Tecnologia. Informou, em seguida, sobre uma viagem a Salvador, onde pretende conhecer um projeto voltado para a área de informática, que certamente trará novidades para o Ministério Público da Paraíba. Na ocasião, entregou um documento recebido da Ouvidoria ao Procurador de Justiça Dr. Alcides Jansen, pedindo para que fosse feita uma análise e passou a palavra para que o Subcoordenador dando prosseguimento aos assuntos a serem discutidos. Dr. Alcides Jansen desculpou-se pelo atraso, e iniciou sua fala dirigindo-se ao Promotor de Justiça Dr. Valério Bronzeado, destacando sua grande contribuição à área da informática, inclusive com o reconhecimento deste Comitê. Afirmou que o Dr. Valério não só trará boas ideias, mas contribuições efetivas e enriquecedoras. Pediu, na ocasião, para fazer o registro da profícua passagem do então Promotor de Justiça **Dr. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**, que esteve no Comitê como Secretário-Geral do Ministério Público, com participação significativa. Iniciando os assuntos da pauta, referiu-se a um problema que teria ocorrido dias antes da reunião, relativo ao site institucional, que por problemas técnicos ficara fora do ar por algumas horas. Demonstrou sua preocupação com o fato, enfatizando que o

problema deve ser verificado para que não haja repetição. Explicou que, quando do ocorrido, procurou se inteirar a respeito, tendo sabido que tudo se deveria a uma manutenção programada, sendo que ao se religar o sistema, houve uma inconsistência entre programas, gerando uma incompatibilidade. Assinalou que foram tomadas imediatas providências pela equipe para evitar que haja repetição. Ato contínuo, Dr. Alcides Jansen elogiou o site do Ministério Público e disse que o considera um dos mais modernos e avançados, ao comparar com o de outros Estados. Passou então, para o outro assunto, sobre a possibilidade de se investir em um CAOP virtual. Disse que, no Ministério Público da Bahia, já foi implantado esse sistema e ressaltou a importância deste para a interação dos Promotores de Justiça em todo o Estado. Sugeriu que na sua visita à Bahia, nesta data, o Dr. Oswaldo, se possível, observasse o gerenciamento desse CAOP. Retomando a palavra, o Dr. Oswaldo comentou que a Bahia já trabalha com os CAOPs temáticos há bastante tempo e que essa proposta de um CAOP virtual é fruto desse amadurecimento, ou seja, do avanço que o Ministério Público baiano já conseguiu. Afirmou que os CAOPS temáticos serão instituídos aqui, no próximo ano, em número de seis. Falou da estrutura física destinada para o desenvolvimento desse trabalho de forma adequada e disse que a implantação desses CAOPS será de muita relevância para o fortalecimento das ações do Ministério Público da Paraíba. Em seguida, o Promotor de Justiça Dr. Valério agradeceu as palavras que lhes foram dirigidas por Dr. Oswaldo e Dr. Alcides Jansen e, reportando-se ao CAOP virtual, explicou que para sua implantação é necessário que haja apoio administrativo e jurídico. Propôs que o primeiro CAOP a ser criado, fosse o da infância, alegando a prioridade absoluta, constando alguns *links* que considera importantes. No ponto, Dr. Oswaldo mostrou preocupação em priorizar só a infância porque poderia haver algum tipo de insatisfação vinda de outros setores e fez uma reflexão sobre a possibilidade de se criar o Colégio de Curadores. Falou também acerca da criação de uma Central de Pesquisas, com estagiários, que teriam a atribuição de pesquisar sobre temas que atendessem às demandas dos Promotores de Justiça, fornecendo subsídios interessantes para os procedimentos jurídicos. Perguntou ainda, à equipe de informática, como se poderia indexar as peças jurídicas do Ministério Público para informatizá-las. O Assessor Daniel informou que é possível um sistema de busca, através de palavras-chaves que podem localizar o documento. Dr. Valério, fez uma intervenção, dizendo que teria que ser criado um banco de dados. Prosseguindo, o Promotor Dr. Alexandre César comunicou que na Corregedoria foi feito um sistema semelhante ao que se estava propondo e sugeriu que fosse adotado como modelo, mas o Assessor Daniel disse que algumas dificuldades técnicas seriam apresentadas no funcionamento. Na sequência, O Secretário-Geral Dr. Bertrand deu as boas vindas ao Dr. Valério e elogiou suas ideias sempre avançadas na área de informática. Disse que quer dar conhecimento ao Comitê, da implantação do controle dos processos administrativos, na Secretaria Geral. Falou que os processos estão sendo cadastrados para que se passe a usar o Sistema Arquimedes. Agradeceu o empenho da equipe de informática e disse que pensa em criar um *link* na intranet para que os Promotores de Justiça possam acompanhar os processos. Ainda no assunto, comentou que seria interessante a criação de um *link* para que os requerimentos simples fossem feitos *on-line*. Dr. Oswaldo reforçou a importância desse acompanhamento dos procedimentos administrativos e solicitou ao Dr. Bertrand que concentrasse um pouco a atenção no setor de Recursos Humanos que está com dificuldades de estrutura e funcionamento. Aproveitou o ponto e pediu ao Dr. Valério que se engaje nesse trabalho, já que sabe de sua competência nesse tema. Voltando ao assunto do acompanhamento dos processos *on-line*, Dr. Bertrand disse que em breve

terá o cadastro de todos eles e que eles ficarão disponíveis tanto para o Promotor, quanto para o servidor. Com a palavra, Dr. Alexandre César parabenizou a Dr. Bertrand pela iniciativa. Nesse momento, Dr. Bertrand perguntou sobre as mensagens instantâneas e os e-mail's institucionais e o Técnico Uirá afirmou que até o dia sete de dezembro de 2009, os serviços estarão disponíveis, conforme cronograma apresentado anteriormente. Continuando, Dr. Alcides Jansen referiu que esta reunião é a vigésima-quinta e que ele se preocupa com uma questão que, desde a criação do Comitê de Tecnologia, tem sido ponto de pauta, qual seja a necessidade de se abandonar o papel e se trabalhar de modo virtual. Disse que a Justiça Federal, por exemplo, já eliminou o uso do papel em suas atividades e que o Ministério Público está atrasado nesse aspecto. A equipe de informática, mais uma vez, apontou sua carência de pessoal, no sentido de implementar novas ações. Com referência a isso, a Dra. Roberta apresentou sua preocupação com o critério adotado para gratificações. Disse que toda a equipe trabalha os dois turnos há algum tempo e, mesmo assim, não é suficiente para realização do trabalho. Com a indicação dos cinquenta por cento para exercer suas atividades em apenas um turno, tornou-se ainda mais inviável alcançar o que se pretende. Dr. Oswaldo retomou a palavra e fez uma explanação sobre os critérios adotados para as gratificações, mas admitiu que os casos excepcionais serão tratados diferentemente. Sendo assim, pediu a compreensão da equipe. Ato contínuo, Dr. Alcides Jansen parabenizou o Procurador-Geral sobre o estabelecimento de critérios para as gratificações e reforçou o pedido de análise da situação do setor de informática, que logo teve a palavra do Procurador-Geral de que no próximo mês resolverá o problema. Sequencialmente, levantou um ponto, sobre o *link* das diárias, onde disse que estão colocados alguns empenhos, sem explicação, causando interpretações errôneas sobre alguns fatos. Pediu ao Dr. Bertrand que verificasse isso, para evitar equívocos. Em seguida, Dr. Alexandre César pediu a palavra e fez um registro sobre Dr. Valério, dizendo que o considera uma “usina de conhecimento e estímulo”. Fez um comentário a respeito do hábito que se tem de considerar o que vem de fora como melhor do que o que fazemos. Falou isso em relação à página da internet que se destaca, quando comparada a outras e por isso, tem que ser reconhecida como uma das melhores entre os Ministérios Públicos do Brasil. Acrescentando, Uirá falou que o Portal da Transparência é o mais completo e Dr. Alexandre concordou, inclusive, relatando que em contato com alguns Procuradores-Gerais, o comentário feito é que a Paraíba saiu na frente quanto ao portal. Nesse ponto, Dr. Alexandre solicitou que fossem colocados os relatórios de viagens no Portal, dizendo que o Dr. Oswaldo já tinha pedido para que fosse tomada essa providência. Por seu turno, Dr. Alcides lembrou a atualização das atas do Comitê na Intranet, o que ficou de ser feito. Retomando a palavra, Dr. Alexandre falou na necessidade de divulgação do contra-cheque *on-line* e Dr. Oswaldo recomendou que a assessoria de imprensa fosse convidada para fazer uma matéria, apresentando os avanços que a informática já conseguiu. Ainda com a palavra, Dr. Alexandre, ressaltou outra prioridade a ser colocada na página institucional, qual seja a inserção dos sub-itens do link da Procuradoria-Geral de Justiça, incluindo os setores da Secretaria-Geral, das Assessorias e demais, ficando aprovada a proposta. Perguntou, também, a Dr. Oswaldo sobre o convênio que trata da folha de antecedentes criminais, mas foi informado que ainda não se tem resposta. Salientou a urgência em se tentar implantar o Protocolo Integrado e solicitou que fosse agendada uma visita ao Tribunal de Justiça que, por sugestão de Dr. Valério deveria ser acompanhada do Presidente da OAB. Continuando, a Diretora de Tecnologia Dra. Roberta, indagou sobre o contrato com a CODATA, solicitando servidores. Dr. Oswaldo disse que quer terminar o contrato

existente e verificar a possibilidade de conseguir cinco servidores para ficarem à disposição do Ministério Público. Pediu à equipe sugestão de nomes para despachar com o Governador do Estado até o dia trinta de novembro. Em relação ao veículo disponibilizado para atendimento às demandas da implantação da rede do Ministério Público no Estado, Dra. Roberta disse que o problema foi resolvido em parte, pois falta um motorista. Quanto à implantação de redes, informou que foram instaladas em mais dezesseis municípios e dez estão pendentes. Relatou dificuldades com a instalação da operadora **Oi** em alguns municípios e ficou acertado que o assunto será levado a uma reunião agendada com a referida operadora para tratar, também, de outros problemas. Usando da palavra a Dra. Roberta comunicou a implantação dos *e-mail's institucionais e mensagens instantâneas* no próximo dia sete de dezembro. Em seguida, o Dr. Valério sugeriu que fossem enviadas algumas mensagens e comunicados através do celular. O técnico Jefferson falou que isso é viável, bastando um acerto com a empresa integradora. Ainda sobre os itens levantados pelo setor de informática, o Técnico Uirá expôs uma situação em que ocorrem alterações ou criação de senhas constantemente, e que seria interessante normatizar estes procedimentos. Disse, também, que o setor está unificando a senha de todos os sistemas e serviços. No ponto, Dr. Alcides citou que na elaboração dos RAF's, o Chefes de Gabinete dos Procuradores precisam da senha para ter o acesso não sendo conveniente que a senha do Procurador, eventualmente, possa ficar com eles. Salientou que é preciso se pensar numa forma de corrigir isso. Prosseguindo, o Dr. Alexandre lançou a idéia de se colocar os acontecimentos ou participações em vídeo para exibição na página, o que foi acatado. Em seguida, Dr. Oswaldo afirmou, mais uma vez, seu interesse em investir na informática, dando prioridade ao setor, no momento em que adquirir recursos. Disse que estão vindo com computadores do Tribunal de Justiça e pediu a Diretora de Tecnologia para ficar de sobreaviso, aguardando a informação da vinda dessas máquinas para que seja avaliada a sua qualidade. Com a palavra, o Dr. Alexandre ressaltou a necessidade de se instalar o **Diário Eletrônico** e sugeriu um levantamento de custos do modo como se tem hoje, para apresentar a economia que pode ser gerada com a forma eletrônica. No tópico seguinte, Dr. Alcides indagou a respeito da possibilidade de expansão do Arquimedes nos municípios, mas Jefferson disse que com a falta de pessoal, torna-se difícil a expansão pois ficaria difícil manter a qualidade do serviço de atendimento, as dúvidas com relação ao uso e treinamento do sistema Arquimedes frente a tantas demandas que surgiriam. De seu turno a Diretora Roberta comunicou que o Processo de Certificação Digital encontra-se no setor de Licitação. Já o Coordenador Jefferson informou que o prazo para restituição da taxa de inscrição do Concurso de Promotor está terminando e algumas pessoas preencheram os dados de forma incorreta, ao que o Dr. Oswaldo ficou de posteriormente analisar os problemas que ficarem pendentes, logo após o fim do prazo de restituição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos, e Eu, Maria Aparecida Peixoto Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata, que assino com os demais membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. **Em João Pessoa, aos 17 de novembro de 2009.**

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Procurador Geral de Justiça- Coordenador

Alcides Orlando de Moura Jansen

Procurador de Justiça- Subcoordenador

Bertrand de Araújo Asfora
Secretário Geral

Valério da Costa Bronzeado
Promotor de Justiça

Alexandre César F. Teixeira
Promotor de Justiça

Maria Aparecida Peixoto Wanderley
Diretora de Planejamento-Secretária do COMTI

Roberta Pereira Cabral
Diretora de Tecnologia da Informação

Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis
Chefe de Deptº. de Suporte Técnico e de Rede

Jefferson Ferreira Barbosa
Chefe de Deptº. de Desenvolvimento de Sistemas

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática